



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1254

O Estado Novo Vargasista: Repressão e Ditadura, Por quê?

Fabiano Ribeiro - UEL

Resumo

A proposta deste estudo sobre a temática “O Estado Novo Vargasista: Repressão e Ditadura, Por quê?”, tem como objetivo uma peculiar reflexão sobre a jornada histórica-política brasileira de 1937, tendo como base em nossos estudos a obra “Golpe Silencioso”, da historiadora Aspásia Camargo, que em seus escritos, faz referência a um dos maiores personagens de nossa política contemporânea. Sabemos da importância e necessidade de reabertura de novas discussões e capilarizar nossa historiografia brasileira, o que faremos ao analisar as reais motivações de Vargas ao uso do autoritarismo em função da manutenção do poder. Dessa forma, nos propomos pensar sobre a política da época sob à perspectiva e olhar de Getúlio Vargas, sendo a política brasileira metaforicamente um tabuleiro de “xadrez humano” e que mexer as peças estrategicamente, munido de logicidade e domínio espacial e temporal, representaria o sucesso de um projeto de permanência no governo central. Lançamo-nos também ao desafio de uma nova leitura política getulista, esta que se constituiu por caminhos tortuosos e que sobrevivera a uma instituição política regada a fortes pressões. Portanto, nosso olhar analítico e a criticidade tornam-se peça chave ao processo de emancipação do pensamento político e, o pensar na realidade desse período de 1937, ainda nos instiga e nos reporta a historicidade do passado em vias ao entendimento do presente, fazendo-nos ousar entender a brilhante trajetória varguista às sombras de estigmas políticos de um país em transição.

Palavras-chave: Estado Novo; Repressão e Ditadura; Golpe Silencioso.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo uma peculiar reflexão, a qual inicialmente nos reportamos ao pensamento historiográfico de Werneck (1991), que trás em seus escritos a ideia de um governo varguista de 1937 sob fortes acusações e estigmas fascistas. O que para o historiador pode representar uma política de vertentes autoritárias, e ser repensada como um modelo que objetivava “modernizações conservadoras”.

Faz-se necessário também darmos abertura e valorizarmos a historicidade brasileira de modo a torná-la acessível, envolvente e significativa,

para que possamos enxergar as formas diferentes de um Brasil que se metamorfoseou politicamente de colônia ao status Monárquico, do Império à República, esta, cheia de chavões e nomes que definiam o processo de

dominação, que em alguns momentos nos confundiam, pois eram representados por um estado militar, um sistema oligárquico ou uma burguesia industrial, o que nos faz entender que eram apenas conceitos e que tudo refletia os mesmos modelos hegemônicos e que nada mudara.

Passamos a ousar enxergar pelos olhos de Vargas os reais interesses dessas elites e assim, questionar se realmente desejavam um país livre de qualquer ameaça, fosse ela nazifascista, comunista, totalitária, ou se estavam tentando torná-la, uma peça de valor pessoal que os levariam a retornar ao tão desejado poder.

Talvez nunca tenhamos nos questionado sobre o que é ser um legítimo nacionalista, ou um amante incondicional de nossa pátria. E Getúlio foi realmente um enamorado por seu país, como a história retrata? A resposta podemos encontrá-la ao observarmos os passos dados pelo Catete, assim tirando nossas próprias conclusões.

Será que Vargas não queria abnegar, largar a pátria que tanto amava receando que esta fosse sucumbida lentamente ao efeito de um vampirismo político? Mais uma vez podemos indagar, *isso é democracia?* E a esta pergunta responder que, há muito tempo não a vivemos e tão pouco a entendemos, talvez os filósofos clássicos tivessem razão ao dizerem que boa parte da população grega não se encontrava preparada para efetivamente vivê-la, pois para estes, sem sabedoria de nada valeria um sistema político. *E nós, a vivemos e a entendemos? Estamos realmente preparados para ela?*¹

Podemos dizer que Vargas enfrentou uma batalha épica esquecida ao simplismo didático, combateu Estados que perderam seu espaço e desejavam enlouquecidamente retornar. “Pai dos pobres”, assim reconhecido, disse não quando necessário, mas também soube dizer sim e até admitir seus excessos.

É impressionante como sua percepção o aproximou e o afastou de personalidades que o ajudaram a adentrar, porém tentaram incansavelmente o derrubar desse universo político. Conseguiu de forma inteligente e precisa,

¹ Segundo Reale (1990), para Aristóteles (...) “o homem é um animal político, mas não simplesmente por viver em sociedade e sim por viver em uma sociedade politicamente organizada e, quem não faz realmente parte desta, ou não sente necessidade, bastando-se a si mesmo, só pode ser fera ou deus”.

fazer novas alianças, soube a hora de rompê-las, evitando prejuízos maiores a sua governança.

É inegável que Vargas aprendera com a presidência, esta lhe serviu como uma escola, e como um bom estudante, fazia-se necessário colocar em prática tudo aquilo que assimilara, sabendo que para isso precisaria ser também senhor do tempo e do espaço, isto é, não bastava a este ser reconhecido como um político, mas fazer política.

Aos admiradores de Maquiavél, eis que puderam observar a filosofia política aplicada nas ações governistas de Vargas, ao contexto da “raposa e do leão”, sendo “astuto e forte” e “amado e temido”.

Vargas soube aproveitar estrategicamente os rumores, verdadeiros ou não, sobre a ação comunista. Lembremos que o conflito entre militares e comunistas na Intentona de 1935 deixou o país em alerta. Logo, decretando o “estado de guerra” a todos que fossem favoráveis ao comunismo ou contra o governo, segundo o próprio Vargas; “quem não estivesse a favor do governo federal seria visto como comunista” (CAMARGO, 1989).

De acordo com o título desse artigo, “Repressão e Ditadura, Por quê?”, podemos associar a ideia de que Getúlio percebeu que era necessário fazer uma leitura estratégica, já que havia um desgaste natural em seu governo, isso após tantas batalhas travadas desde 1930. O Catete sabia que teria muitos confrontos até concretizar seus objetivos.

O primeiro sinal fora dado em meados de 1936, sendo que os combates que citamos acima, iniciaram-se contra as oligarquias hegemônicas de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia, Estados que se tornaram apoiadores ou oposição ao governo de Getúlio Vargas.

As mudanças ocorridas no país refletiam em todo cenário político brasileiro, o que se alarmava ao passo que nossa economia também passava por sérios problemas, ao reflexo de um liberalismo fragmentado e uma indecisão democrática.

Na continuidade desse processo, veremos que as leituras feitas em referência ao Estado Novo se direcionavam ao controle da velha e tradicional elite agrária em vista da organização geral do país, seguindo com a

aproximação sobre a massa populacional para assim manter os padrões de controle, propondo o remodelamento e modernização pelo corporativismo².

Vejamos que o colapso do liberalismo em questão e a modernização por meio da indústria, reforçavam os desafios varguistas rumo ao Estado Novo e que em todo processo golpista, as ações conspiratórias foram frequentes, o que impossibilitava qualquer premonição sobre o sucesso do projeto varguista.

Em suma, este artido tem por finalidade abordar criticamente o movimento historiográfico trazido na obra da historiadora Aspásia Camargo – “Golpe Silencioso” que nos servira de instrumento aos nossos estudos, possibilitando-nos acompanhar a trajetória de Getúlio Vargas rumo a conquista de seu projeto político de 1937.

Objetivo

O objetivo desse estudo é possibilitar um diálogo junto ao interlocutor, não reunindo intenções de defesa ou contrariar as atitudes varguistas em relação a seu autoritarismo, mas a partir dessas fundamentações teóricas, sinalizar e permitir ao leitor tirar sua própria conclusão diante das atitudes de Getúlio Vargas em função da manutenção do poder central.

O país sob a ameaça Comunista

Seguiam-se as lutas internas no país, o que direciona nossos estudos a disputa histórica entre o governo federal, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e Ação Integralista Brasileira (AIB), além de nomes conhecidos como Luís Carlos Prestes, Roberto Sisson Miguel Costa a frente da ANL e pelo lado dos integralistas, Plínio Salgado, Miguel Reale, Otavio Barroso entre outros, despertando junto aos grupos mais radicais, o desejo de combater toda e qualquer ação comunista³.

² Entre os membros da elite agrária que perderam espaço principalmente no período de 1932, estão os políticos da velha oligarquia, Borges de Medeiros, Artur Bernardes, Epitácio Pessoa, Assis Brasil e Afrânio de Melo Franco, que após a Revolução de 1930, foram afastados ao serem derrotados. (CAMARGO, 1989, p. 23).

³ O conflito entre membros ANL e AIB repercutiu em 1935, ao evento “Marcha dos Dez mil” sob as acusações de ambos os lados o que descreveu o jornal a Folha da Manhã “Aqui e ali, caía alguém, ficava rígido ou estrebuchava, nas vazões da agonia”. O saldo final da tragédia foi de

Lembremos que o golpe do Estado Novo ganhou forças aos boatos sobre a ação comunista (Komintern) no período de 36, momento o qual Vargas encontrava-se sob fortes pressões políticas, usando estes instantes para contornar e direcionar seus interesses, já que o foco se voltara a uma possível ação comunista, retardando assim os movimentos de sucessão presidencial.

Os conflitos ocorridos entre a ANL e AIB refletiam nas desavenças entre o atual governo, os militares, opositores e simpatizantes do comunismo, que se encontravam sob o comando de Luís Carlos Prestes que buscava recrutar colaboradores que viessem a aderir as ideologias e lutar contra o governo que, segundo ele, se tornara repressor e omissor ao contexto das necessidades sociais, principalmente dos menos favorecidos.

Logo, Vargas encontrara a possibilidade de levar a frente seu projeto de permanência, aproveitando representações regionais integralistas e a partir da implantação do “estado de guerra”, ter pleno controle das ações militares e a atenção de seus opositores, em função do combate ao comunismo o que refletiria em 1937 o Plano Cohen, que para Armando de Sales, ex-governador de São Paulo e candidato a sucessão de Vargas, teria sido utilizado pelo presidente para acelerar o golpe.

Para tanto, o decreto da emenda constitucional nº2, a qual dava plenos poderes ao executivo, de cassação e penalização aos militares envolvidos com grupos comunistas, foi duramente criticada por uns e apoiada por outros, refletindo na declaração inicial de apoio do PRL, mas com a condição que se resguardasse as imunidades parlamentares. Flores da Cunha, em seguida, sofreria ameaças de prisão, fazendo-o arrolar várias acusações contra generais e o próprio Vargas de querer, por meio de um golpe, permanecer no poder por tempo indeterminado. (CAMARGO, 1989).

A Terra Natal Contra o Catete

Os problemas enfrentados por Vargas não se resumiam apenas à ação comunista, militares insatisfeitos, problemas econômicos, mas também desenhava-se sobre linhas tortas e tempestuosas a falta de apoio de sua terra

seis mortos e cinquenta feridos, ficando conhecida na história brasileira como a “Batalha da praça da Sé”. (NETO, 2013 p. 195).

natal que estava sob o comando do governador Flores da Cunha, antigo aliado e um dos braços direitos varguistas.

De forma clara, Vargas entendia que qualquer tipo de desavença com um Estado de tamanha proporção eleitoral e sendo seu Estado natal, não seria viável a suas pretensões quanto à permanência no governo presidencial.

Em desafeto com o Catete, Flores da Cunha passava a denunciar a preparação de um possível golpe, ditando os colaboradores militares getulistas, citando os generais João Guedes da Fontoura, Emílio Lúcio Esteves, Valdomiro Lima e outros; agravando-se ainda mais, sob novas acusações lançadas por Juracy Magalhães, governador da Bahia que retratava a ocorrência de uma organização e de um movimento armado que se iniciaria em alguns Estados, no comando de Góis Monteiro, que constrangido, exonerou-se do cargo juntamente com o general Guedes da Fontoura.

A situação desestabilizou os grupos partidários estaduais, levando a novas tentativas de negociação, envolvendo grupos partidários da FUG, PRR, PRP, PL, PRM, e nomes como Raul Pilla, Borges de Medeiros e João Neves.

O que na verdade Getúlio Vargas objetivava era a aproximação com a FUG, distanciando-a de Flores da Cunha e garantindo que estes colaborassem integralmente no processo político sucessório previsto para 1938, o que havia acontecido anteriormente no período de 1929.

A eleição prevista para janeiro de 1938

A desaprovação dos governadores de Estado em sua maioria deixava claro a Vargas que, por vias legais, seria impossível a sua permanência, já que não obteria apoio de nem um terço do Congresso (CAMARGO, 1989).

A escalada varguista se tornara mais íngrime com a negativa em relação à reforma constitucional, o que levou Vargas a aproximação com seu ex-ministro Góis Monteiro, em agosto de 1936.

A partir desse momento as estratégias teriam que ser outras, e o pensamento político deveria ser reordenado mediante reformas institucionais e até mesmo a possibilidade de fechar o Congresso, caso necessário.

Com esta movimentação exercida por Vargas e Góis Monteiro, o golpe estava a caminho, porém havia a necessidade de neutralizar as forças de

Flores da Cunha, única preocupação do Catete, o que veio a acontecer com o cerco ao Rio Grande do Sul ao final de 1936.

Além do controle das ações de Flores da Cunha, Getúlio Vargas procurou aproximar-se de Minas Gerais, objetivando controlar as ações políticas no Estado, isolando Antônio Carlos e membros da velha oligarquia que estavam a frente da liderança do PRM.

Indubitavelmente, os maiores benefícios vieram com a eleição de Benedito Valadares ao governo de Minas Gerais pelo PP, tornando o Estado um forte aliado a favor das pretensões golpistas que se encaminhavam ao trâmite de um possível isolamento de Antônio Carlos e do PRM.

As intenções de Vargas foram se concretizando com o apoio do governador mineiro, impossibilitando quaisquer ações de seus adversários, o que transcorreu na renúncia de Antônio Carlos à liderança do PP, e que em 31 agosto reconsidera sua decisão e reassume seu posto a pedido de autoridades mineiras, após o término da votação para a criação do Tribunal de Segurança Nacional⁴.

A situação não se reverteu apesar do apoio obtido por Antônio Carlos, que perdera a presidência da Câmara e o apoio estadual, e com ele Artur Bernardes perdia forças internas ao PRM, deixando de ser uma ameaça ao projeto varguista.

Encaminhada teoricamente as questões em Minas Gerais, Getúlio Vargas contaria com a colaboração de Maurício Cardoso para uma maior aproximação a FUG, que demonstrava oposição a Flores da Cunha. Mais tarde, lançaria-se a proposta de um candidato único a presidência, evitando conversas sobre uma possível ação golpista vinda do Catete.

Sob liderança da FUG, as discussões abrangendo as maiorias partidárias e as minorias encabeçavam um movimento para a aceleração das medidas do governo federal em relação as ações sucessórias, sendo aprovado a prorrogação de funcionamento do Congresso até 31 de dezembro de 1936, o que garantiria a continuidade das negociações referentes a sucessão.

⁴ Declarou então Antônio Carlos: "Eu não estaria à altura da vossa estima se não obedecesse às ordens de um voto tão inequívoco. E seria ingrato e injusto para com meus colegas se insistisse em manifestar um propósito que todos não querem ver concretizado. (CAMARGO, 1989 p. 107-108).

A preocupação da FUG e, mais especificamente de Raul Pilla, era a movimentação de Flores da Cunha, em detrimento de uma luta armada entre o governo riograndense e aliados contra o governo federal, o que seria uma catástrofe. Para tanto, as ações internas mostravam que cada vez mais, Flores perdia espaço, já que grupos partidários ligados ao PRL e a FUG sob influência do sobrinho de Getúlio, Serafim Vargas, de Raul Pilla e Benjamim Vargas irmão do Catete, confabulavam a favor do presidente (CAMARGO, 1989).

Novamente as atenções se voltavam para Flores da Cunha que protestava veemente, intensificando suas ameaças ao movimentar as tropas que começavam a se posicionar estrategicamente. Entendia Vargas que seria necessário conter rapidamente as manobras florianistas, e que sua vitória sobre o governador do Rio Grande do Sul seria fundamental para o andamento de seu projeto, além do fortalecimento do Exército e do poder central.

As previsões feitas por Getúlio Vargas e Góis Monteiro se concretizavam em 3 de dezembro de 1936 com o pedido de exoneração do cargo por João Gomes, que foi concedido pelo presidente em 5 de dezembro de 1936, nomeando imediatamente para o posto, Eurico Gaspar Dutra.

Com estas mudanças no cenário militar, Vargas dava mais um passo importante quando consolidou sua aliança com os militares, momento fundamental para o projeto golpista em 10 de novembro de 1937.

O Presidente como condutor de sua sucessão

Diante da pressão exercida pelas forças políticas dos governos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia e Pernambuco em referência ao processo de sucessão, o presidente buscou externar normalidade, dando a entender que as negociações e a procura por um substituto continuariam.

Sem se exceder em nenhum momento, Getúlio junto das lideranças partidárias expressava tranquilidade e garantia que tudo se encaminhava para uma transição natural e que no momento certo, tudo ocorreria sem maiores prejuízos à política brasileira. Para FAUSTO (2000), esta ação de temperança demonstrada por Getúlio objetivava a “modernização do país pela via autoritária”.

O então governador de São Paulo, Armando de Sales, para surpresa e preocupação de Vargas, renunciava ao governo e assumia a presidência do partido constitucionalista, sendo este um forte candidato a sucessão presidencial.

Entendendo que não poderia demorar a agir, o Catete com o apoio de Benedito Valadares, buscava impossibilitar qualquer ligação partidária entre o Norte e São Paulo, tendo a frente dos partidos nortistas, Juracy Magalhães e Lima Cavalcanti. Para Valadares, o lançamento da candidatura de um representante do Norte que fizesse frente a Armando de Sales, seria de grande importância para a divisão partidária, evitando o fortalecimento do PRP ao exercício de possíveis alianças.

O nome mais cotado como um possível candidato e representante nortista passava a ser o do tenente paraibano José Américo, que possuía um currículo expressivo desde sua participação na chefia da Revolução de 30.

Enquanto as articulações norte e nordeste ocorriam por intervenção de Benedito Valadares, Agamenon Magalhães e o governador de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti, entre os representantes da FUG estavam João Neves, Batista Luzardo e principalmente Osvaldo Aranha que fora designado a intervir em favor do governo federal junto aos governos do Rio Grande do Sul e de São Paulo, fazendo com plenos interesses de lançar sua própria candidatura.

O silêncio e a imparcialidade getulistas quanto à preferência por um candidato, geraram duras críticas da mídia ao não desenrolar das negociações no processo político sucessório, o que para Getúlio se tornara um bom negócio em vias do exercício do golpe. Contudo, a permanência de Vargas a frente do governo central preocupava e inquietava os políticos, pois o clima de indecisão e a intervenção junto aos governos estaduais do Maranhão, Mato Grosso, Distrito Federal e a continuidade ao estado de guerra, davam margem ao pensamento de que o presidente buscava ganhar tempo evitando, dessa forma, o andamento ao processo sucessório. O que segundo historiador José Maria Bello (1976) - se resumia ao dizer varguista; “deixa como esta para ver como é que fica”.

A tríplice ação em 1937 se intensificava cada vez mais com a política de sucessão, as operações de guerra contra o comunismo e a ação militar

contra Flores da Cunha, organizadas por Dutra, Góis Monteiro e Osvaldo Aranha que se fortaleciam, enquanto Flores era acusado de estar conspirando com grupos de esquerda, ligado ao ex-capitão André Trifino Correia.

Com a possibilidade de resgatar o prestígio nortista, políticos e militares se mobilizaram com o intuito de definir um representante para a eleição presidencial, tendo a frente do movimento Juarez Távora que esteve diretamente ligado ao governo provisório como Ministro da Agricultura, mais tarde afastando-se em 1934.

A estratégia de Távora era unir Norte e Nordeste e, dessa forma, negociar junto aos governos do Sul o que lhes garantiria maior hegemonia no processo sucessório. Cogitava-se junto a esses grupos o apoio ao candidato paulista, em contrapartida pensavam a condição em que o Norte se sujeitaria ao domínio sulista o que lhes condicionariam a realidade política vivida ao longo da República Velha.

Com o propósito de emplacar sua candidatura, José Américo, declarado defensor do constitucionalismo, sinaliza as necessidades as quais a política brasileira se mostrara deficiente, alimentando a ideia de que deveria existir uma democracia funcional e um reformismo em vários setores começando pelos ministérios, principalmente aquelas que afetam as condições básicas da subsistência humana, como as questões trabalhistas e o funcionalismo público.

Esta política social trazia novas expectativas de uma política reformadora, porém deixava dúvidas principalmente para a elite brasileira que se sentia receosa quanto ao exercício de um sistema populista.

Por outro lado, Armando de Sales mostrava-se um defensor do federalismo e adepto a democracia-liberal, buscava aproximar-se e reunir forças políticas estaduais, realizando viagens a Minas Gerais, Rio Grande do Sul, obtendo expressivo apoio nestes Estados, além da Frente Única Paraense e do Partido Social Democrático do Ceará, o que intensificou a disputa ao governo sucessório.

As disputas entre Norte e Sul se intensificam à medida que os candidatos definiam suas propostas de governo e dialogavam com personalidades políticas, ocasionando para José Américo, fortes críticas de opositores e aliados, por manter proximidade com o governo federal, ter a

preferência de grupos de esquerda, vincular-se a política populista e uma suposta candidatura ilegal, enquanto Armando de Sales era acusado de participação ao processo ditatorial ainda no governo provisório e de ligações capitais internacionais.

Diante de acusações e atos de hostilidades entre membros sulistas e nortistas, o alinhamento ou não ao governo central passava a ser um mero detalhe diante daquilo que se propunha pelos candidatos e que não agradava ambos os lados, fortalecendo as articulações continuístas e o possível golpe.

As críticas lançadas ao governo Vargas davam a entender que nenhum dos candidatos estava aberto a um diálogo com o governo central que encaminharia as candidaturas a serem desativadas e um novo nome deveria ser cogitado, mas com a condição de caminhar junto ao governo federal.

O nome de Osvaldo Aranha surgia como opção, sendo do agrado do então embaixador, concorrer a sucessão - desejo que expressara há muito tempo - mas que não estava nos planos de Getúlio, levantando-se a possibilidade de prorrogação dos mandatos por um ano, já que alguns Estados retiravam apoio a José Américo⁵.

Enquanto não se resolviam os impasses sobre os candidatos, os militares e simpatizantes ao golpe se mobilizavam levando Flores da Cunha a renunciar ao governo do Rio grande do Sul, que para evitar uma possível intervenção do governo federal, exilando-se no Uruguai.

Diante das pressões, o governo paulista acabou aceitando a permanência de Vargas no poder, enquanto José Américo deixou aberto sua desistência, o que na verdade não influenciaria já que as medidas em relação ao golpe haviam se antecipado.

Em função dessa historicidade Estado Novista, Boris Fausto nos propõem refletir sobre a seguinte questão:

O Estado Novo perseguiu, prendeu, torturou, forçou ao exílio intelectuais e políticos, sobretudo de esquerda e alguns

⁵ No dia 25 de setembro, em Niterói, capital do estado do Rio de Janeiro, José Américo pronunciara em seu último discurso de campanha que governaria como homem de centro respeitando a Constituição. Na mesma ocasião esclareceu que não pretendia desalojar ricos para dar habitação aos pobres, definiu-se como democrático, religioso e anticomunista, negou que fosse contra o capital estrangeiro e criticou aqueles que o chamaram de messiânico. (CAMARGO, 1989, p.191).

liberais. Mas não adotou uma política de perseguições indiscriminadas. Seus dirigentes perceberam a importância de atrair setores letrados a seu serviço: católicos, integralistas, autoritários, esquerdistas disfarçados ocuparam cargos e aceitaram as vantagens que o regime oferecia. (FAUSTO, 2009, p.376).

Assim, em 10 de novembro de 1937 enfim decretada sua permanência, que durou até meados 1945, quando sofrera um golpe instituído pelos mesmos militares que o mantiveram no poder no governo do Estado Novo.

Considerações Finais

Ao concluirmos este trabalho, podemos dizer que a conjuntura histórica política brasileira a qual passamos a analisar a partir do governo de Getúlio Vargas no período de 1937, reflete as reais condições em que o país se encontrava e como a reestruturação pós-república oligárquica se tornava cada vez mais difícil diante de tantas mudanças e conflitos gerados por meio da necessidade de manutenção do poder e a crise do sistema político.

Logo, as leituras que realizamos de vários momentos de nossa história nos possibilitaram entender os efeitos da ação varguista, atos que transcenderam em algumas situações à proposta dialogal e que ocorreram de forma repressiva e ditatorial.

É claro que não queremos justificar o ato da violência em si, mas ousar dizer que as medidas tomadas por Vargas foram necessárias para que o país e a política não se tornassem alvo de aproveitadores egocêntricos de uma síndrome hegemônica de Estados que desejavam estar ou retornar ao poder.

Em suma, ousamos realizar uma leitura política, sob o olhar e a perspectiva de Vargas e tentar entender suas atitudes, deixando sempre em aberto novas possibilidades de análise, pois a história brasileira nos dá condições de pensarmos dessa forma, para que a historicidade possa se tornar instigante ao pesquisador, transformando-se também em um instrumento de construção de novas teorias, de emancipação e criticidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMARGO, Aspásia [et AL]. O golpe silencioso. As origens da república corporativa. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

FAUSTO, Boris. História do Brasil -13. Ed., 1. reimpr. - São Paulo: EDUSP, 2009. – (Didática, 1).

NETO, Lira. Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)/Lira Neto. 1ª ed – São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

O Feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo/ textos de, José Luiz Werneck da Silva. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 1973.

REALE, Giovanni. História da filosofia: Antiguidade e Idade Média/Giovanni Reale, Dário Antiseri; São Paulo: Paulus, 1990. – (Coleção filosofia).

SILVA, José Luiz Werneck da (Org.). O feixe e o prisma. Uma revisão do Estado Novo.